



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Escaninhos da Política e Disputas na Produção de Legalidades na Mineração: agentes, estratégias e discursos na modificação do Código Mineral no Brasil

Autoria: Laís Jabace Maia

As Medidas Provisórias 789, 790 e 791 foram apresentadas em julho de 2017 pelo Poder Executivo como desdobramentos do Projeto de Lei do Novo Código Mineral, que estava em formulação há alguns anos e havia sido apresentado para tramitação no legislativo em 2013. As MPs tratavam respectivamente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - espécie de royalty pago pelas mineradoras -, do escopo do Código Mineral até então vigente no Brasil e da criação da Agência Nacional de Mineração. Desmembrar a proposta do Código Mineral e tramitar em regime de urgência foi a estratégia encontrada de apressar as modificações que não obtinham maioria no Projeto de Lei em alinhamentos de perspectivas e interesses em torno dos três eixos. Organizaram-se na disputa pela opinião pública, apoio político e interferência no conteúdo das propostas diversos setores da sociedade civil. Destacaram-se, com atuações bem distintas e perspectivas inconciliáveis, o Movimento pela Soberania Popular da Mineração e o Instituto Brasileiro de Mineração/empresa Vale. Para pressionar a aprovação de aumento dos royalties e redistribuição entre os entes federativos, durante meses houve caravanas, reuniões e acordos de representantes do poder público, especialmente alguns governadores e prefeitos do Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo. O presente work é um esforço de análise das negociações e conflitos acerca da discussão e deliberação no Congresso Nacional durante o segundo semestre de 2017 no que diz respeito à regulamentação, produção e taxação das atividades minerárias no Brasil. A proposta é entender as alianças e os exercícios de poder que se fizeram e os discursos acionados durante a disputa, percebendo assim os mecanismos presentes nos jogos de poder para definição das legalidades para as atividades minerárias. Foram realizadas entrevistas com deputados federais, presidentes de partidos e assessores que se



destacaram durante o processo de debate nas Casas Legislativas; analisadas as declarações feitas em plenária de políticos, especialistas, movimentos sociais e representantes da iniciativa privada; e artefatos documentais que circularam no período com o objetivo de delinear as forças, agentes e alinhamentos. Entende-se que elaborar esse campo é um modo de compreender os artifícios mobilizados e praticados dentro do aparato legal brasileiro.



Realização:



Apoio:



Organização:

